

Info IASFA



Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P. Dezembro 2015 / Nº 42

CAS VISEU

*Ação social por terras
de Viriato* página 8





Estátua de Viriato
na cidade de Viseu

ÍNDICE

- 2** Editorial
- 3** Mensagem de Natal e de Ano Novo
- 4** O NOVO IASFA - uma visão estratégica
- 6** Estrutura residencial para idosos do centro de Apoio Social do Porto
"A voz dos residentes"
- 8** O Centro de Apoio Social de Viseu
A ação social por terras de Viriato
- 11** Missão do Centro de Apoio Social de Tomar na proteção à família militar
- 12** João António Pinheiro
Tenente-General (1921-2009)
- 13** Que um bom exemplo frutifique...
- 14** Parque habitacional do IASFA
— manutenção corrente
Colónia de férias dos Pupilos do Exército no Forte das Maíças (Oeiras)
- 15** Reunião alargada do IASFA
- uma excelente iniciativa!
Passeios a realizar no 1º semestre de 2016

FICHA TÉCNICA

Diretor

Coronel de Infantaria
António José Pires Mendes

Fotografia

Centros de Apoio Social, Divisões
e Direcções de Serviço

Coordenação e Composição

Sargento-Mor António Lima Coelho,
AT Sandra Rodrigues e AT Sandra Carvalho

Conceção Gráfica e Paginação

Página Ímpar

Impressão e Acabamento

Página Ímpar

Propriedade, Redação e Publicidade

IASFA
R. Pedro Nunes nº 8
1069-023 LISBOA
Tel: 213194600 / Fax: 213572276

Periodicidade

Trimestral

Tiragem

33 500 exemplares

Depósito Legal

277880/07

CONTACTOS ÚTEIS

IASFA
Tel: 213194600 / Fax: 213562595
relpub@iasfa.pt
www.iasfa.pt

O FUTURO DO IASFA

Na última edição da nossa Revista foi abordado o tema que hoje retomamos. Não porque haja novos desenvolvimentos, pensamentos mais seguros, decisões em vias de serem assumidas, mas tão somente para recuperar duas ideias levemente equacionadas.

Uma diz respeito ao futuro modelo de governação do IASFA, cujas propostas terão integrado as matérias de transição para o novo executivo.

Neste particular parece-me importante que seja associado ao novo modelo de governação, uma carta de missão para o Conselho Diretivo clarificadora e orientadora da estratégia, dos objetivos e dos recursos.

Consideramos que decisões céleres nem sempre correspondem às melhores soluções, como compreendemos que a otimização poderá ser progressiva sem inibir respostas oportunas e adequadas às circunstâncias.

Ouvir e envolver outros atores e sensibilidades deve ter continuidades e consequências e não resultar somente na aparente tranquilidade de ter ouvido e anexado os respetivos contributos.

A tentativa, constante, do encontro entre o que se determina (sentido de cima para baixo) e a melhoria das práticas existentes (sentido de baixo para cima) deveria constituir uma prática generalizada nas organizações.

Regressando ao IASFA, ao seu âmbito, às suas atuais missões e a quem se dirigem, ou seja, ao universo dos beneficiários do Instituto, surge a segunda ideia que se quis recuperar.

E esta diz respeito à preocupação e ao olhar que as Chefias Militares sempre tiveram em relação ao também seu Instituto de Ação Social.

Esta atenção merece ser contínua e reforçada ainda que a tutela não lhes pertença. As missões do IASFA poderiam e deveriam ser entendidas como complementares das Forças Armadas, na área da saúde.

Os Postos Clínicos do IASFA poderiam ser elementos de retaguarda e referenciadores de doentes para o HFAR. Os cuidados continuados que possuímos, ainda que de curta duração, poderiam constituir-se como apoiantes na gestão de altas do Hospital e que necessitassem deste tipo de cuidados. Complemento, ainda, na área da saúde, na disponibilização de pessoal médico e de enfermagem para o IASFA e, porque não, na formação de socorristas que substituiriam os auxiliares de ação médica, de tão difícil obtenção.

O olhar das Chefias das Forças Armadas em relação ao seu Instituto merece, ainda, o reforço possível no pessoal militar que nele serve, e que deve continuar a servir. Eventuais políticas de afastar militares do IASFA, nas vertentes Ação Social Complementar e da Assistência na Doença aos Militares, só poderão enfraquecer a ligação do Instituto com o universo que lhe deu corpo e ainda constitui a sua única razão de ser.

Pelo passado, pelo património, pelos beneficiários, o IASFA deve perdurar!

IASFA, 11 de novembro de 2015.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO

FRANCISCO ANTÓNIO FIALHO DA ROSA

Tenente-General



MENSAGEM DE NATAL E DE ANO NOVO

Que sentimentos podemos e devemos veicular e transmitir no que apelidamos de mensagens de Natal?

Naturalmente, sentimentos de paz interior e em cada um, de harmonia e de amor com outros, de conformidade com tudo o que nos rodeia.

Naturalmente, sentimentos portadores de votos positivos em relação ao futuro, onde a vida de cada um encontre saúde, alegria, as maiores venturas e a tradução de todos os desejos.

E são estes votos e sentimentos que aqui expresso, de forma calorosa e solidária, a todos os beneficiários do IASFA e seus familiares, muito em particular para aqueles que mais de perto nos acompanham nos Centros de Apoio Social do Instituto.

Mas, se me permitem, queria complementar estes votos com um grande e reconhecido agradecimento.

Agradecimento a todas e a todos, aquelas e aqueles, que apesar das dificuldades e das limitações, e do enorme esforço acrescido que lhes tem sido exigido, continuam a olhar os residentes dos nossos equipamentos sociais com a dignidade que lhes é devida pela idade e com o apoio que a fragilidade e a doença obrigam.

Incluo neste universo os Técnicos Superiores, os Militares, os Assistentes Técnicos, enquanto enquadradores e orientadores do esforço de tão dedicado grupo de mulheres e homens, os Assistentes Operacionais, que garantem os serviços que o IASFA presta e que continuam a ser considerados de exceção apesar dos constrangimentos conhecidos.

Neste agradecimento e distinção não estarão certamente em último lugar todos os Dirigentes Intermédios do IASFA, os Diretores dos Centros de Apoio Social e do Centro de Repouso de Porto Santo que de forma corajosa têm sido os verdadeiros intérpretes das dificuldades e responsáveis pelo “apoio e forte esteio” que ainda honra a divisa do IASFA.

A todos, com espírito solidário, cumprimento com amizade.

A todos desejo Boas Festas e endereço votos de que 2016 seja verdadeiramente regenerador no sentido das certezas e da tranquilidade, trazendo novo rumo à embarcação onde todos navegamos.

IASFA, 11 de novembro de 2015.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO

FRANCISCO ANTÓNIO FIALHO DA ROSA
Tenente-General

O NOVO IASFA - UMA VISÃO ESTRATÉGICA

Em cumprimento do determinado formalmente em reunião de Conselho Diretivo do IASFA, foi elaborada uma abordagem sucinta sobre o tema em assunto, a qual assentou na consolidação de diversos documentos oficialmente divulgados, mas também numa visão pessoal como beneficiário e como Coordenador das atividades da Divisão de Assuntos Sociais, sendo entendimento desta Divisão que a visão estratégica para o novo IASFA deve assentar na análise dos seguintes pilares fundamentais:

- Qual a **PERSONALIDADE JURÍDICA** que resolva os “espartilhos atuais” em termos de constrangimentos financeiros e legislativos, pela utilização das regras da Administração Pública;
- Quais as **RESPOSTAS SOCIAIS** a implementar ou a manter;
- Qual a natureza da **ADMINISTRAÇÃO** da entidade (pública ou privada);
- Que tipo de dependência (ou independência) da Administração Pública (**TUTELA**);
- Qual a solução para assegurar o **FINANCIAMENTO E SUSTENTABILIDADE** a médio e longo prazo;
- Como assegurar a gestão do **PATRIMÓNIO E DOS RECURSOS HUMANOS**, indispensável ao cumprimento da missão;
- Como implementar uma **GESTÃO FINANCEIRA** mais rigorosa, **CONTRATAÇÃO** mais flexível e uma adequada **REPARTIÇÃO DE CUSTOS E PROVEITOS POR ATIVIDADES**, rentabilizando os recursos disponíveis;

Neste documento inicial, apenas iremos abordar dois destes pilares fundamentais, a relevar: a natureza e personalidade jurídica da nova entidade e as respostas sociais a assegurar.

1. PERSONALIDADE JURÍDICA

Devido às limitações impostas pela atual Lei Orgânica do IASFA (Instituto Público), importa desde logo proceder à análise das alternativas mais adequadas, revisitando entidades congêneres, com respostas sociais semelhantes, mas dotadas de personalidade jurídica bem diferente. Assim, procede-se ao levantamento de cada uma das seguintes entidades:

A - Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) - Decreto-Lei n.º 172-A/2014 - pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público. São obrigatoriamente registadas nos termos regulamentados e adquirem a natureza de pessoas coletivas de direito público. Este estatuto define também os aspetos organizacionais e funcionais, relevando-se que *poderão ser apoiadas financeiramente pelo Estado, através de acordos de cooperação*.

B - Estatuto dos Serviços Sociais da GNR (SSGNR) – Decreto-Lei n.º 262/99 - pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira. Estatuto idêntico ao existente para os extintos Serviços Sociais das Forças Armadas, cuja dependência era do CEMGFA. Os beneficiários titulares dos SSGNR são *obrigatoriamente todos os militares e civis do QP da GNR e estão sujeitos ao pagamento de uma quota mensal de 0,5% dos salários ou pensões*.

C - Estatuto do Cofre de Previdência dos Funcionários e Agentes do Estado (CPFAE) – Decreto-Lei n.º 465/76 - instituição de previdência social e utilidade pública, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira. *Facultativamente*, podem ser admitidos como sócios todos os trabalhadores da função pública no ativo e aposentados, *mediante o pagamento de uma quota mensal*, defi-

nida com base no subsídio subscrito (à semelhança do antigo CPFA, mas este de inscrição obrigatória até 1995). Com cerca de 52.000 sócios titulares, arrecada em quotas um valor anual de cerca de 3,4M€, representando cerca 40% do total de receitas correntes (relatório de atividades de 2013).

D - Estatuto do INATEL – Decreto-Lei n.º 106/2008 - *fundação* - pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública, dotada de personalidade jurídica, com duração indeterminada. Goza de autonomia financeira. Através do citado diploma foi transferido para esta Fundação todo o património e pessoal pertencente ao anterior INATEL, I.P. (instituto público), bem como todos os direitos e obrigações. Para além das quotas dos associados (inscrição facultativa), ficou salvaguardada a inscrição anual de verbas para assegurar a comparticipação financeira do Estado, como contrapartida das atribuições sociais e de serviço público prosseguidas pela Fundação (protocolos com a Segurança Social e Autarquias Locais). Do relatório de atividades de 2013, releva o valor dos rendimentos operacionais de 43M€, dos quais cerca de 9M€ (21%) foram obtidos por Subsídios à Exploração (comparticipação do Estado ao abrigo de contratos/protocolos com a Segurança Social e SCML). Os associados suportam uma quota anual cujo valor varia de 10 a 50€, representando em 2013 o total de cerca de 3M€.

E - Estatuto do Montepio Associação Mutualista - legalmente constituído em 1840, é uma instituição particular de solidariedade social, de inscrição facultativa e generalizada, capital variável, duração por tempo indeterminado e número ilimitado de associados. A informação disponível para esta instituição apenas permite relevar que, em 2013, estavam inscritos 579.530 associados, com uma quota mensal mínima de 1€. Tem como base de financiamento as atividades de índole financeira apoiadas pela entidade bancária e do seu Regulamento de Benefícios consta um regime complementar de segurança social, o apoio à habitação (crédito para aquisição e arrendamento), crédito individual e bolsas de estudo, planos de saúde e apoio a idosos (centros residenciais, apoio domiciliário e teleassistência).

F – Lei orgânica do IASFA, IP – Decreto-Lei n.º 193/2012 - Instituto público, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio.

Relembrando o descrito nas entidades “visitadas”, conclui-se que o IASFA é a única instituição com a natureza jurídica de Instituto Público (o INATEL abandonou esta natureza e passou a Fundação pelo Decreto-Lei n.º 106/2008). É também a única entidade cujos “sócios” (beneficiários titulares) não suportam uma quota mensal, situação decorrente desde a integração da ADM e a implementação de uma quota para esta finalidade (a partir de 2005).

Assim, na conjuntura atual, salvo melhor entendimento, o Estatuto do novo IASFA deve assentar nos seguintes princípios:

- Abandonar a natureza de IP e regressar ao anterior estatuto de Serviços Sociais das Forças Armadas, na dependência do CEMGFA, ou em alternativa, estudar a hipótese de passar a Fundação, com legislação adequada, conforme solução aprovada para o INATEL.

- Implementar uma quota mensal obrigatória para os beneficiários titulares, entendendo-se como aceitável a proposta apresentada pelo CD ao MDN.

- Assegurar a sustentabilidade e o financiamento das atividades aprovadas, através de: comparticipação do Estado com recurso a protocolos com a Segurança Social, receitas provenientes das quotas dos beneficiários e rentabilização das respostas sociais, nas atividades em que exista essa janela de oportunidade, nomeadamente, pela redefinição dos ratos de pessoal e aumento das taxas de ocupação dos equipamentos sociais e apartamentos para arrendamento, assim como

pela atualização das mensalidades e das rendas, em conformidade com a capacidade financeira do agregado familiar (capitação).

- Assegurar um regime fiscal adequado às respostas sociais disponíveis para a família militar; à semelhança do existente para as entidades con-
gêneres (isenções fiscais).

- Assegurar a colaboração dos Ramos, EMGFA, MDN e Associações Profissionais, na redefinição do novo estatuto, solicitando pareceres adequados às respetivas Chefias, através dos seus representantes no Conselho Consultivo.

- Elaborar um documento/proposta inicial de estatuto, com a colaboração de uma equipa multidisciplinar incluindo um perito na vertente jurídica, na vertente de fiscalidade/financeira e na vertente de serviço social, a submeter à aprovação da tutela.

2. RESPOSTAS SOCIAIS

A evolução histórica das respostas sociais dos antigos Serviços Sociais das Forças Armadas até ao atual IASFA, I.P. e a sua comparação com as respostas sociais existentes ao nível da Administração Pública, está demonstrada em documento oficial disponível na internet, caracterizando a evolução desde o ano de 1974 a 2011.

As respostas sociais asseguradas pelo IASFA, no ano de 2015, mantêm-se semelhantes ao referido no citado trabalho para o ano de 2011, com a atualização ao nível de normas internas e designação de apoios, relevando a implementação das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) em Unidades Funcionais (UF) e a aprovação do Manual de Processos Chave das ERPI, assegurando assim a aproximação com as normas da Segurança Social.

Num levantamento recente efetuado no IASFA, foi elaborada uma matriz que resume as Respostas Sociais atribuídas ao IASFA, com imputação de custos e proveitos diretos e indiretos, em 2013, incluindo os CAS, as Divisões da DSASC e os serviços centrais, a saber:

- **Infância e Juventude** – creche, jardim-de-infância, centro de recursos e residência universitária
- **Tempos Livres** – alojamento temporário, serviço de alimentação, cultura e lazer e turismo social
- **Apoio a Idosos** – ERPI – UF1 e ERPI – UF2 e apoio domiciliário
- **Apoio na Habitação** – apartamentos autónomos e arrendamento habitacional
- **Apoio na Saúde** – SAMED – serviços de apoio médico (postos clínicos)
- **Apoio Financeiro** – participações financeiras, concessão de empréstimos e subsídio pecuniário por morte (subscritores do CPFA)
- **Apoio Geral aos Beneficiários** – protocolos, atendimento geral, atendimento social e visitas domiciliárias

A decisão de quais as Respostas Sociais que, no futuro, devam ser asseguradas, pode ser encarada sob duas perspetivas: a social e a económica. A perspetiva económica não poderá nunca ser a mais importante. Contudo, na conjuntura atual, é indispensável que a rentabilidade das capacidades instaladas deva ser objetivo a atingir; por forma a assegurar a sustentabilidade económica e financeira. Pela análise dos dados disponibilizados e resultantes da recolha efetuada pelos responsáveis da Gestão Financeira, em 2013, as atividades reveladoras de maior sustentabilidade financeira (de acordo com o estudo) foram o arrendamento habitacional, a concessão de empréstimos e a residência universitária. Em contrapartida, salienta-se a dificuldade em assegurar o financiamento das outras atividades de apoio à infância e juventude, tempos livres e apoio a idosos. Em 2013, segundo esta informação, houve uma insuficiência orçamental no valor aproximado de 6,5M€. Na mesma lógica, em 2014, a insuficiência orçamental situou-se no valor aproximado de 4,2M€, desconhecendo-se a sua repartição por atividades, face à inexistência do módulo de contabilidade de custos no SIGDN do IASFA.

A decisão do ponto de vista social, isto é, quais as respostas socialmente mais importantes para os beneficiários, foi obtida com a colaboração das TSSS da Divisão, com experiências e conhecimentos consolidados e formação técnica adequada. A conclusão retirada desta colaboração resume-se nas seguintes propostas para **modalidades de apoio e respostas sociais a manter ou a implementar**, as quais passo a citar:

“Pensar sobre o futuro do IASFA, I.P., globalmente, traçar um caminho, remete obrigatoriamente para as respetivas áreas de intervenção. Considera-se que é necessário, além de manter as áreas bem-sucedidas, fazer uma adaptação a novas exigências e/ou oportunidades.

De referir que, caso estas propostas sejam consideradas, deverão ser substanciadas em estudos prévios de viabilidade.

Na «Infância e Juventude» propõe-se a criação de Centros de Atividades de Tempos Livres. Nas «Pessoas Adultas/Idosas» recomenda-se que seja equacionada a formalização dos Centros de Convívio como resposta social; a afetação de vagas das Messes dos CAS Oeiras e Porto para beneficiários que necessitem de realizar tratamentos hospitalares em regime ambulatório; relativamente às ERPI, a reafetação de vagas para ITCD e DC, face ao aumento da sua procura, bem como a reavaliação da proposta de aumento das mensalidades e a sua comparticipação pela ADM. Na «Habitação» propõe-se a criação de um programa de incentivo ao arrendamento jovem. Na «Saúde» recomenda-se a celebração de acordos com outros subsistemas e o estabelecimento de uma parceria com o HFAR. No «Apoio a Beneficiários» aponta-se para a criação de uma Linha Azul e de um Sistema de Gestão dos Produtos de Apoio; o alargamento dos Protocolos celebrados e a implementação de um projeto de voluntariado do IASFA, I.P. No que respeita ao «Património», sugere-se a elaboração de projeto no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para a reabilitação, valorização e refuncionalização do Forte de São João das Maias.

No domínio da Gestão Organizacional, Estrutura/Organização, propõe-se a criação de um Gabinete de Apoio Social (GAS) direcionado aos funcionários do IASFA, I.P. e de um Gabinete de Auditoria Interna.

É proposto, ainda, a alteração do Regulamento de Beneficiários do IASFA, I.P. e a avaliação da possibilidade de alargamento aos seus Funcionários, mediante pagamento de quota, e uma maior aposta no marketing institucional do IASFA, I.P. ...”

3. PROPOSTA/RECOMENDAÇÃO

A. Natureza/Personalidade Jurídica

Face ao exposto, recomenda-se que deve ser equacionada uma solução à semelhança de “fundação”, com a designação de, por exemplo, **Fundação de Apoio Social à Família Militar**.

Tendo como referência a Fundação INATEL, deverá ser elaborada uma proposta de diploma que determine a natureza jurídica e estatuto da nova entidade, a composição do património, quadro de pessoal, modelo de financiamento e regime fiscal e ainda a salvaguarda dos direitos e obrigações dos beneficiários do IASFA, I.P., assim como dos subscritores do CPFA.

A regulamentação dos beneficiários e critérios de atribuição das modalidades de apoio social será prevista em diploma próprio.

A elaboração desta proposta de diploma deverá caber a uma equipa multidisciplinar, incluindo um perito na vertente jurídica, na vertente de fiscalidade/financeira e na vertente de serviço social. Este diploma deverá respeitar os requisitos/princípios já definidos no final do ponto 1 deste documento.

B. Respostas Sociais

Nos fins a prosseguir pela nova entidade deverão estar previstas as respostas sociais e outras modalidades de apoio social, conforme descritos no ponto 2. do presente documento.

O Chefe da Divisão de Assuntos Sociais
Francisco José Pires Sebastião
Cor ADMAER

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA IDOSOS DO CENTRO DE APOIO SOCIAL DO PORTO

“A VOZ DOS RESIDENTES”

Aceitando o desafio do Gabinete de Apoio ao Conselho Diretivo, o de “**dar voz aos beneficiários**”, o CAS-Porto (CASP) propôs-se, nesta edição, dar **voz aos residentes da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI)**, assumindo também o compromisso de, na próxima edição, retratar a opinião dos beneficiários da área de influência do CASP.

Interessa referir que a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas do Centro de Apoio Social do Porto, tem hoje uma capacidade de alojamento de 40 camas, distribuídas por duas Unidades Funcionais, uma destinada a pessoas autónomas e outra reservada a pessoas com dependência moderada ou grave, que só reuniu condições para admitir residentes em janeiro de 2015.

Com a entrada em funcionamento desta unidade, criou-se nos beneficiários o sentimento de confiança relativamente aos cuidados prestados e de segurança nos cuidados até ao fim da vida. Esta foi a razão para que a taxa de ocupação da ERPI passasse, de 25%, em 2014 para 93% em outubro de 2015.

A realidade da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas do CAS Porto transformou-se nestes últimos meses: novos residentes, novos colaboradores, novas dinâmicas.

Dar voz aos residentes, foi o mote para sabermos se estamos a seguir no caminho certo. Assim, de forma anónima e utilizando como instrumento de recolha de dados o questionário, recolhemos a opinião dos nossos residentes: as suas críticas, os seus anseios e expectativas.

Na elaboração do questionário tivemos em atenção a existência de dois grupos distintos: o grupo de residentes admitidos até ao ano de 2015 e os admitidos durante este ano, com exceção daqueles que já não se encontram capazes de dar resposta ao questionário.

Começamos pela opinião daqueles que há mais tempo residem na ERPI (de 2 a 10 anos de permanência).

Para descrever o que tem sido a sua estadia, o que melhorou, o que piorou e o que se mantém igual, os residentes utilizaram palavras como: estabilidade, tranquilidade, simpatia, atenção, afeto:

“Casa serena e tranquila, felizmente. Estabilidade”

“A minha estadia tem sido calma, com um bom relacionamento com todos”

“Há já 10 anos que aqui estou, sinto-me satisfeita, com muito bom ambiente e amizade e não me vejo em nenhum outro lugar”

“Mantem-se igual a simpatia da Direção e de todo o pessoal”

“Mantém-se igual a atenção o afeto e carinho de todos”

Referem-se às mais recentes mudanças (alargamento na prestação de cuidados) de uma forma muito positiva, sobretudo porque delas derivam sentimentos de confiança e segurança relativamente ao futuro:

“Tudo melhorou neste último ano. Com a abertura da enfermaria (UF2), onde, tanto enfermeiras/os, como auxiliares são eficazes e carinhosas. Sinto-me tranquila quanto ao futuro”.

“Melhorou tudo de forma geral porque existe mais apoio”

“Noto que os serviços de saúde estão mais presentes”.

“A situação melhorou em vários aspectos: na saúde, na possibilidade de acolher acamados, na adaptação dos alojamentos dos residentes válidos, em quartos individuais e na melhoria dos preços das mensalidades”.

Mas é também evidente que a mudança traz consigo novos problemas: o problema das relações entre residentes, abordado no final deste artigo, por ser também um problema sentido pelos novos residentes e o **problema da ocupação dos residentes**.

Acerca da ocupação, os residentes dizem que diminuíram as atividades ocupacionais *“Faltam atividades saídas, visitas culturais, música, espetáculos; os ensaios gerais da casa da música, reuniões dedicadas à poesia, aprendizagem de jogos, por ex: Xadrez, damas, dominó, cartas, etc.”*

Não deixa de ser interessante o facto de esta necessidade ser apenas evidenciada pelo grupo dos residentes mais antigos, conhecedores das dinâmicas que, há vários anos, se vêm desenvolvendo no CASP e da importância que elas têm para o seu bem-estar, daí que as valorizem e sintam delas necessidade.

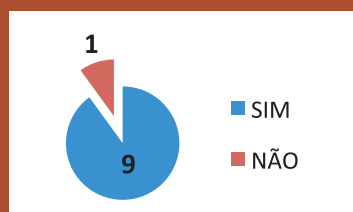
Importa mencionar que esta é também uma das principais preocupações da Direção, que, a breve prazo, conta, para este efeito, com a integração de novos colaboradores.

Mas, para além de recursos humanos, falta também, como aliás é referido pelos próprios, uma **carrinha de transporte de passageiros**, devidamente adaptada para residentes com mobilidade reduzida, para que todos possam usufruir das saídas ao exterior.

Se os residentes mais antigos têm de adaptar-se à mudança provocada pela chegada dos novos residentes, o que dizer dos residentes que estão a chegar, sobretudo daqueles que, pela primeira vez, estão a abandonar as suas casas, a separar-se do que é seu, das suas recordações e do seu meio familiar:

Como tem sido a sua integração, tem ou não correspondido às expectativas que tinham?

De 10 respostas ao questionário, um respondeu que não *“porque as refeições, por vezes, são mal confeccionadas”* e 9 responderam que sim, apontando como razões as seguintes:



Sim

“Porque tem ajudado a enfrentar problemas de saúde e isolamento”

“Porque tem bons alojamentos e uma Direção e Apoio Social excelente” - 2

“Porque desde o Sr. Diretor até ao mais pequeno funcionário do CAS Porto, tenho sido bem atendido, o que eu muito necessitava...”

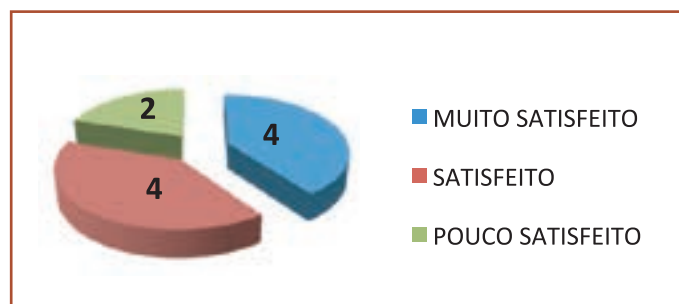
“Encontrei aqui o que necessito”

“Tudo tem corrido e se tem processado segundo o meu conceito de vida comunitária e a minha coerência na sobriedade”

“Sinto-me bem, porque é melhor do que estar em casa sem ter lá ninguém e melhor do que isto não encontrava”

CAS PORTO

De uma forma geral, os residentes estão satisfeitos (4) ou muito satisfeitos (4).



As razões evocadas para se sentirem muito satisfeitos ou satisfeitos, passam pela segurança e confiança relativamente ao apoio prestado, pela atenção e carinho e pelo tipo de habitações.

"Passei a dormir descansado sabendo que a minha esposa é tratada por pessoas competentes".

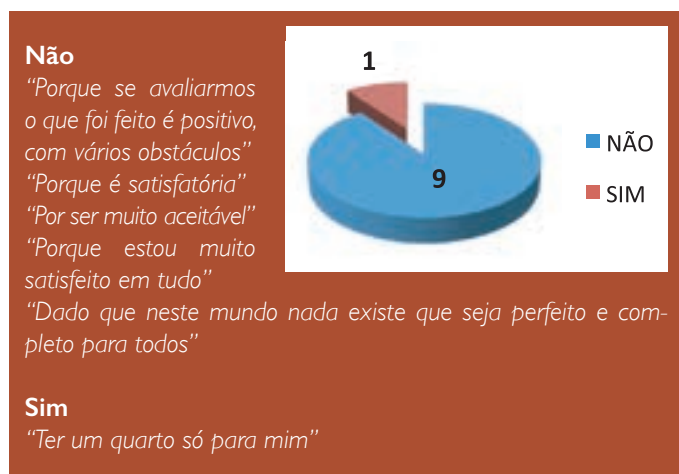
"É acima da média".

Os dois residentes que se dizem pouco satisfeitos referem como razões a localização do CAS Porto em termos de distância e acesso a espaços comerciais:

"Porque fora do edifício não há espaço agradável para os utentes ainda capazes de confortar-se fora dele".

"Dificuldade de acesso à CGD e a lojas para obter artigos que necessitam".

Contudo quando questionados sobre se mudariam alguma coisa na Estrutura Residencial e porquê, apenas um disse que sim, apontando como razão ter um quarto individual.



O que é que para si a melhor coisa desta Estrutura Residencial?

"A assistência na saúde, quer médica, quer de enfermagem e auxiliares"

"Tudo acima da média"

"Os quartos" - 2

"É o conjunto, a atenção e preocupação com o nosso bem-estar, desde o Sr. Diretor a todo o pessoal"

"Estou muito satisfeito em tudo"

"Todo o conjunto é bom e, por isso o preferi; apenas me basta colaborar"

"É tudo bom, sobretudo todo o pessoal que aqui trabalha"

E a pior coisa?

O problema da alimentação mencionado por 6 residentes, surge como uma das grandes preocupações destes bem como da Direção, merecendo destaque o reconhecimento do esforço desenvolvido para a sua melhoria. Segue-se o problema das relações entre os residentes, referido por 4 deles.

"A não compreensão entre os residentes"

"Mais união entre residentes"

"A lamentação de que haja residentes que, tendo memória curta e compreensão lenta não ajudem aqueles que precisam e trabalham no sentido inverso"

"Não dispõe de artigos de higiene íntima à venda, para evitar a deslocação difícil fora do edifício"

Três residentes referiram nada existir que mereça referência: "Nada", "Nada fora do aceitável" "Nada digno de referência"

A todos os residentes, os mais antigos e os mais recentes, foram colocadas as duas questões que se seguem:

Do que sente mais falta?

A família e a casa surgem em primeiro lugar (6 Residentes), ex: *"Só sinto falta dos filhos e netos que estão longe"*

Três residentes dizem não sentir falta de nada, ou que nada têm a referir (3) *"Não sinto falta de nada, sinto-me feliz no CAS até ao fim da minha vida"*

"Do convívio sincero"

São ainda apontadas outras necessidades como: *"De transporte para consultas, já que de táxi fica muito pesado"*

"Disponibilizar carro para utentes idosos terem acesso uma vez por semana à CGD e a lojas para obter artigos que necessitam e ambulância para transporte gratuito dos utentes ao Hospital Militar"

"Passagem de autocarro dos STCP, com paragem em frente ao portão do CAS"

"Falta-me saúde que infelizmente não me podem dar".

O que podemos fazer para que se sinta cada vez melhor?

"Nada, o assunto depende dos próprios residentes; ajudar, viver e deixar viver em paz o seu semelhante"

"Nada" - 4

"Aperfeiçoar, segundo as possibilidades. Vivendo em comunidade, por mais que se faça, não se consegue a todos satisfazer e agradar simultaneamente"

"Não podem fazer mais do que já fazem"

"Continuarem a interessar-se por este CAS, sempre com a mesma amizade e carinho, que tenho tido durante todos estes anos"

"Pessoalmente já me sinto bem. No geral esperamos que esta dinâmica de melhoramentos continue de acordo com as necessidades e capacidade futura"

"Tenho liberdade, segurança apoio de toda a gente, continuarem a apoiar-me como sempre têm feito".

Todos sabemos que a institucionalização é, por norma, um ato de grande coragem, desde logo pelo impacto emocional que tem para cada um, mas, sobretudo, pela mudança que representa na vida de uma pessoa. Não deixa, contudo, de ser um processo de adaptação evolutivo, para o qual têm de contribuir, o próprio, a família e todos os colaboradores da instituição.

Apraz-nos ver nas respostas dos nossos residentes que estamos a cumprir a missão que nos é cometida. **"Prestar o apoio adequado ao bem-estar dos/as residentes, um ambiente familiar próximo, um cuidado permanente e um incentivo constante à autonomia e independência".** **"Continuar esta obra magnífica"**, como diz um dos residentes, é o que nos resta.

Redação do artigo: Dr.ª Isabel Varandas (Assistente Social),
com o apoio dos residentes da ERPI.

O artigo foi exposto em reunião de residentes,
revendo-se os mesmos no seu conteúdo.

O CENTRO DE APOIO SOCIAL DE VISEU

A AÇÃO SOCIAL POR TERRAS DE VIRIATO

A CIDADE DE VISEU

As origens da cidade de Viseu remontam à época dos Castros (ruínas ou restos arqueológicos de um tipo de povoado da Idade do Cobre e da Idade do Ferro) e, com a Romanização, ganhou grande importância, quicá devido ao entroncamento de estradas romanas de cuja prova restam apenas os miliários, (marcos colocados ao longo das estradas do Império Romano, em intervalos de cerca de 1480 metros) que se encontram amiúde nesta região. Estes miliários alinham-se num eixo que parece corresponder à estrada de Mérida (Espanha), que se intersectaria com a ligação Olisipo (Lisboa) - Cale (Gaia) - Bracara (Braga), outros polos habitacionais bastante influentes à época. Talvez por esse motivo se possa justificar a edificação da estrutura defensiva octogonal, de dois quilómetros de perímetro – a Cava de Viriato, um dos atuais motivos turísticos da cidade.

Viseu está associada à figura de Viriato, já que se pensa que este herói lusitano tenha talvez nascido nesta região.

Viseu é uma cidade, da região Centro de Portugal, com cerca de 60 000 habitantes, sendo por isso a terceira maior e mais populosa cidade no Centro, a seguir a Coimbra e Aveiro. É também Capital de Distrito com o mesmo nome.

É sede de um município com 507,10 km² de área e 100 00 habitantes, subdividido em 25 freguesias. Para além de sede de distrito e de concelho, Viseu é igualmente sede de Diocese e de Comarca. Está se-diado igualmente nesta cidade o Regimento de Infantaria nº 14.

Para além do turismo cultural, a região de Viseu oferece igualmente muitas ofertas para o turismo e tratamentos termais. A proximidade da Serra da Estrela, do Rio Douro, da fronteira Espanhola, são “argumentos” que levam muitas pessoas a vir a Viseu e fazer desta cidade o epicentro, para a visita a estes locais. Para além da Gastronomia, a região do cada vez mais famoso vinho do Dão, é hoje em dia, visitada por muitos portugueses e estrangeiros.

Segundo um estudo da DECO de 2007 sobre qualidade de vida, Viseu é a 17.ª cidade europeia com mais/melhor qualidade de vida entre as 76 do respetivo estudo, sendo ainda a primeira das 18 cidades capitais de distrito portuguesas com melhor qualidade de vida. Em 2012 foi considerada, mais uma vez, a cidade portuguesa com melhor qualidade de vida.



O EDIFÍCIO DO CRV ONDE SE SITUA O CAS VISEU

Em 2006 foi criada na Cidade de Viseu a Delegação do IASFA do CAS Coimbra, que ocupou parte das instalações do PM (Prédio Militar) 10-Viseu, onde se situa o Centro de Recrutamento de Viseu. A ocupação destas instalações foi regulada por meio de um Protocolo estabelecido entre o IASFA e o Exército, com o acordo do MDN, em 04 de Outubro de 2006.

Em 2009 e dado o incremento da atividade que se verificou no âmbito do Apoio Social Complemen-

tar nas Regiões de Viseu e Guarda, esta Delegação passou a constituir-se em Centro de Apoio Social (CAS) de Viseu do IASFA, com a publicação da Portaria nº 1271/2009 de 19 de Outubro. Desde a sua criação o Cas Viseu já viu alargadas as suas instalações

no PM10-Viseu, por duas ocasiões, através de duas adendas ao Protocolo referido anteriormente. Ocupa atualmente toda a parte central do referido edifício. As instalações onde está instalado o CAS Viseu, que se identificam como o PM 10 – Viseu, constituem um belíssimo complexo arquitetónico situado na Zona Histórica da Sé de Viseu, na Rua Direita, conhecido vulgarmente pelo Palácio dos Silveiras, ou por Palácio do Quartel General da Rua Direita.



Este complexo arquitetónico é constituído por um Solar, que evidencia características do estilo Barroco na sua fase decadente do Séc. XVIII, com traça e imponência sóbrias, denotando sensibilidade e bom gosto artístico.

Em Abril de 2015 o CAS Viseu passou a ocupar a totalidade do Piso 0 das atuais instalações por via de obras que foram realizadas pelo IASFA, o que veio melhorar substancialmente as condições de todos os que aqui exercem funções, mas também as condições em que recebemos os nossos Beneficiários.



Estas instalações agora remodeladas têm sido muito elogiadas por todos os que as visitam.

ZONA DE AÇÃO DO CAS VISEU

A zona de ação do Cas Viseu abrange os distritos de Viseu, Guarda e três concelhos do distrito de Castelo Branco.

Numa área de aproximadamente 12 000 Km², as U/E/O existentes na zona de Ação do CAS Viseu são do Exército e são, o Regimento de Infantaria nº14 (RI14) em Viseu, o Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE) em Lamego, bem como o Gabinete de Atendimento ao Público (GAP) na cidade da Guarda, que pertence ao Centro de Recrutamento de Viseu (CRV), bem como o Gabinete de Atendimento ao Público (GAP) da cidade de Lamego (pertencente ao Centro de recrutamento de Vila Real).

Na zona de Ação dos CAS Viseu, (41 Concelhos) existem cerca de 4200 Beneficiários Titulares e Familiares (BT/BF), sendo que, cerca de 2900 residem no distrito de Viseu, cerca de 850, residem no distrito da Guarda, e cerca de 450 residem nos três concelhos do Distrito de Castelo Branco, anteriormente referidos.

VALÊNCIAS DO CAS VISEU E ATIVIDADES RECENTES

As valências existentes vão desde, um Posto de Atendimento da ADM, (5139 processos em 2014 – mais 15% relativamente a 2013) aos serviços de assistência social aos beneficiários (viagens e lazer, apoios financeiros e subsídios) e da atividade de Apoio Social (517 atendimentos em 2014 – mais 7,5% relativamente a 2013), garantido pela Técnica Superior de Serviço Social (TSSS), nos Distritos de Viseu, Guarda e nos quatro concelhos do Distrito de Castelo Branco, anteriormente referidos. Desde 2013, a TSSS do Cas Viseu, passou também a apoiar os BF/BF dos distritos de Vila Real e Bragança.

Existe também o Posto Médico, (894 consultas em 2014 – mais 22% relativamente a 2013) que garante consultas médicas, através de dois médicos, um especialista em Medicina Interna (às terças feiras da parte da tarde) e uma especialista em Medicina Geral e Familiar (às sextas feiras da parte da manhã). Este Posto Médico tem tido uma elevada/crescente adesão por parte dos Beneficiários, e para além das consultas, vai poder alargar as suas valências, aos cuidados de Enfermagem. Existe desde Novembro de 2014 a recolha de análises clínicas gratuitas (27

colheitas até 31 DEZ 14) duas vezes por semana, ao dispor dos Beneficiários. Esta última valência tem tido uma boa adesão por parte dos Beneficiários, que a têm considerado um excelente apoio, numa região onde há carências no acesso aos cuidados de saúde.

Numa região do Interior, distante dos grandes centros urbanos principais, o acesso aos cuidados de saúde não é fácil aos Beneficiários do IASFA. Para tentar colmatar essas dificuldades, foi possível aumentar o número de Instituições de Saúde com acordos com a ADM. Assim na cidade de Viseu, foi possível melhorar o acordo com a CLÍNICA DA RIBEIRA e com a CASA DE SAÚDE DE S. MATEUS, foi possível realizar novos acordos com a

CLÍNICA VISEU HEALTH CENTER, com a CLÍNICA VISMED e mais recentemente com a CLÍNICA PLURI MEDICAL, para consultas das Especialidades e tratamentos.

Na cidade da Guarda, onde praticamente não existiam instituições de saúde com acordos com a ADM, foi possível o acordo com a CLINEVE, para consultas e tratamento de algumas Especialidades. Existe ainda desde 2012 um protocolo com a FARMÁCIA AVENIDA na cidade de Viseu, que garante condições mais favoráveis em todas



as compras por parte dos Beneficiários da ADM e Funcionários do IASFA.

No âmbito das atividades de lazer o CAS Viseu organizou em 14 de Março de 2014, o passeio “Amendoeiras em Flor” (Viseu -Faviais -Torres de Moncorvo - Vila Nova de Foz Côa - Viseu). Participaram no passeio 22 BT/BF, com idades compreendidas entre os 54 e 90 anos. Os BT/BF manifestaram especial satisfação pelo programa do passeio e desejo em repetir idênticos eventos.

Ainda neste âmbito, foi realizado, em 25 de Julho de 2014, um outro passeio, um “Cruzeiro no Rio Douro”, desde a Régua a Barca d’Alva, com a presença de 55 Beneficiários. Foi do agrado geral dos mesmos, tendo ficado bem patente as extraordinárias paisagens do Douro selvagem. Este passeio teve uma significativa adesão dos BT/BF, tendo mesmo, por motivos de lotação máxima da embarcação, havido vários Beneficiários, que não puderam fazer este passeio. O Cas Viseu vai tentar organizar outro passeio idêntico, em virtude da vontade expressa pelos beneficiários por ocasião deste último evento.

Em 11 de Dezembro de 2014, realizou-se num local de eventos na Cidade de Viseu (Quinta da Magarenha) o 3º Almoço de Natal dos Beneficiários do CAS Viseu, tendo participado 78 BT/BF aderentes, sendo aquele que até á data teve o maior número de participantes. Foi uma tarde de convívio, alegria e confraternização, para todos os BT/BF que nele tomaram parte, tendo sido este evento muito elogiado por todos os participantes.

Já em 19 e 20 de Maio de 2015 foi realizado o passeio ao Alentejo, com visitas a Borba, Vila Viçosa Marvão, Castelo de Vide e pernoita e visitas em Elvas. Este passeio pelas visitas aos locais e pela degustação dos produtos regionais, para além do convívio que proporcionou foi muito apreciado pelos 35 Beneficiários que o usufruíram.

Em 25 de Setembro de 2015, decorreu no Regimento de Infantaria nº 14 (RI14) em Viseu, uma ação de divulgação do IASFA realizada pelo CAS Viseu. Esta ação de divulgação foi materializada com a realização de duas palestras, uma para as Praças em regime de Voluntariado e Contrato e outra para os Oficiais e Sargentos. Presentemente decorre no RI14 a preparação da Força de Escalão Batalhão, que vai integrar a Nato Response Force (NRF) 2016, sendo que o 2º Batalhão de Infantaria Mecanizado (Rodas) tem presentemente um efetivo de cerca de 660 militares.

Assistiram a esta ação de divulgação sobre o IASFA, as suas valências e serviços, varias centenas de militares, sendo que a esmagadora maioria, teve oportunidade de ter o seu primeiro contacto com a instituição IASFA. Esta ação foi considerada pelo Comando do Regimento, como muito oportuna e esclarecedora, sobre o apoio social, que os militares de Viseu podem ter acesso na região e a nível nacional. Contribuiu-se assim, para que o Instituto de Ação Social das Forças Armadas seja mais conhecido, entre os militares que prestam serviço naquela unidade militar.

PERSPETIVA FUTURA DO CAS VISEU

Como projetos futuros, o CAS Viseu, com as atuais instalações e com aquelas que no futuro poderá vir a ocupar no PM 10 – Viseu (no âmbito do estipulado no Protocolo de cedências de Instalações anteriormente referido, e quando o Centro de Recrutamento de Viseu, desocupar as suas atuais instalações), para além da manutenção e melhoria das atuais instalações e valências, o CAS Viseu tem intenção de propor ao CD do IASFA a criação de um Centro de Alojamento Temporário para os Beneficiários que desejem visitar a cidade de Viseu, a Serra da Estrela e os vastos recursos turísticos e termas da Beira Alta, bem como a criação de um Centro de Convívio e Atividades de Tempos Livres (com serviço de refeições), que poderá evoluir eventualmente para uma Casa de Repouso para os BT/BF, uma aspiração já várias vezes manifestada pelos Beneficiários que residem nesta zona do País. É ainda intenção do CAS Viseu, propor ao CD do IASFA a criação, nas instalações do PM10 – Viseu, que virem a ser ocupadas pelo IASFA, de um Centro de Exposições Temporárias (com os vasto espólio do RI14 – após o acordo do Exército e eventualmente colaboração da Câmara Municipal de Viseu), aberto não só aos Beneficiários, mas também á população em geral.

Com os Militares e Civis que prestam serviço no CAS Viseu, esta instituição continuará a procurar dar o seu melhor; pelos Militares, Ex-Militares e respetivos familiares, que vivem nesta região do Pais, procurando contribuir para que a missão do IASFA, (o Apoio Social Complementar à FAMILIA MILITAR) possa ser cada vez maior; melhor e estar mais acessível ao maior número possível de Beneficiários e seus familiares.



Passeio às amendoeiras em flor.



Navegando no Douro.



Almoço de Natal de 2014.



Passeio ao Alentejo.

MISSÃO DO CENTRO DE APOIO SOCIAL DE TOMAR NA PROTEÇÃO À FAMÍLIA MILITAR

E screvo estas linhas na semana em que a cidade de Tomar celebra a sua padroeira, Santa Iria, que a lenda diz ter sido martirizada junto ao Nabão e atirada ao rio. No dia 20 de Outubro as crianças lançam pétalas ao rio, numa explosão de cor, em memória do martírio da santa.

Recordo e celebro a minha chegada à cidade templária e ao Centro de Apoio Social de Tomar, do IASFA, no primeiro dia de agosto de 2007. O elemento comum é a “História”, cidade rica em história e a instituição não menos rica na sua história, cultura e tradição.

Sabemos que o apoio social aos militares e seus familiares remonta ao século XVIII e desde então foi-se institucionalizando com o suceder de instituições que foram emergindo para dar resposta às necessidades da família militar, até à criação em 1958 dos Serviços Sociais das Forças Armadas, que deu lugar em 1995 ao atual Instituto de Ação Social das Forças Armadas.

Confesso que para quem veio de fora, nem sempre foi fácil o trilhar destes caminhos, mas como dizem os mais filósofos, o caminho faz-se caminhando. Um passo atrás do outro, tanto mais, quando se abraça uma profissão feita de mudança. É assim, a própria designação do Serviço Social, profissão que “promove a mudança social, a resolução de problemas nas relações humanas, a promoção do bem-estar físico, psicológico e emocional de cada pessoa”.

Na minha prática profissional, muitas vezes os beneficiários me interrogam sobre o papel do Serviço Social no Centro de Apoio Social de Tomar. Por muitos considerado como o coração da própria instituição, a pergunta que se deixa escapar é: **O que faz? Como faz? Com que meios? Quais as dificuldades? Que desafios? ...**

O serviço social apoia estratégias que visam aumentar a esperança das pessoas, a sua auto-estima e potencial, para enfrentar as situações-problema com que a dado momento se deparam no decorrer das suas trajetórias de vida. Procura tratar cada beneficiário como um todo, no contexto da sua família, comunidade e meio social. Age com solidariedade, cuidado, empatia e mantém a confidencialidade em relação à informação obtida sobre as pessoas que atende. Abrange uma diversidade de atividades, incluindo várias formas de abordagem e aconselhamento. Mais importante ainda, trabalha **com** as pessoas, mais do que **para** as pessoas, envolvendo indivíduos e estruturas. É este o cerne da metodologia participativa a que apela o Serviço Social.

De forma independente ou em articulação com outras res-

postas naturalmente presentes nas comunidades, o IASFA dispõe de uma panóplia de medidas de proteção e apoio nas áreas das crianças e jovens, da deficiência e dependência, da assistência médica, da assistência habitacional, da assistência financeira, das férias e lazer, e equipamentos próprios - Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI).

O CAS de Tomar com uma vasta área de intervenção, que cobre a maioria dos distritos de Santarém, Leiria e Castelo Branco e um leque de beneficiários no âmbito da Ação Social Complementar de cerca de 12.500 e de 16.000 na Assistência na Doença aos Militares, o que o torna no terceiro com maior número de beneficiários, logo após o Alfeite e Lisboa.

A resposta social organizada pelo CAS de Tomar aos seus beneficiários tem privilegiado tanto quanto possível, a aproximação do serviço e da técnica aos seus locais de vida, incre-

mentando as visitas domiciliárias, descentralizando o atendimento, em espaços próprios ou cedidos em todas as capitais de distrito e no seu posto clínico em Abrantes.

Nesse “**vai e vem**” essencial, a assistente social, torna-se o rosto da instituição junto das pessoas e trás as pessoas com os seus problemas, necessidades, alegrias e expectativas para o seio da instituição, é “**porta-voz**”.

Decorridos oito anos e uns “picos” de trabalho, feitos de proximidade e

de escuta atenta, a militares e famílias; quase em vésperas do Advento e Natal, cabe-me dizer que o IASFA está de “**Esperanças**”, na expectativa de que as mudanças que se “adivinhem e avizinham” não esqueçam o caminho percorrido e tenham em conta o valor e o serviço público prestado por aqueles que representa. Que os militares na efetividade de serviço, na reserva e na reforma, e respetivas chefias militares se unam em torno desta nobre missão de solidariedade entre todos os militares, que considerem e avaliem uma resposta organizada, atempada e bem estruturada às necessidades de quantos se domiciliaram na área do CAS de Tomar por via da proximidade às estruturas militares onde serviram ou servem. Recordamos, sobretudo, aqueles que conhecemos estar em situação de maior vulnerabilidade pela situação económica, de saúde ou pela idade e que esperam encontrar na ação social complementar militar, o essencial retratado na simbologia e alusão das suas peças e divisa inscritas no brasão de armas do IASFA – “**Ali Tereis Socorro e Forte Esteio**”.



Fernanda Batista
Assistente Social do IASFA/CAS Tomar

JOÃO ANTÓNIO PINHEIRO

TENENTE-GENERAL (1921-2009)

Nasceu na cidade de Bragança, a 31 de Julho de 1921. Seu Pai, Francisco do Patrocínio Pinheiro, era funcionário dos Correios (CTT), tendo atingido a categoria de Diretor das circunscrições do Alto Alentejo, Ribatejo e Douro Litoral; sua Mãe, Teresa de Jesus Alves, era Professora da Instrução Primária; e teve dois irmãos. Casou em 1947 com Noémia Augusta Ferreira Pinheiro, licenciada em Farmácia e Investigadora no campo da saúde pública, e teve um filho, Jorge Manuel (1951), licenciado em Direito.

Aos seis anos lia e escrevia correctamente e fazia as quatro operações; frequentou o Liceu de Bragança, onde foi sempre o aluno mais classificado; tirou os preparatórios militares na Faculdade de Ciências de Lisboa e ingressou na Escola do Exército em 1941.

Concluiu o curso de Artilharia, após Tirocínio, em 1945, com 15,8 valores (n.º 2 em 14), sendo promovido a Alferes; e, sucessivamente a Tenente (1948), Capitão (1950), Major (1956), Tenente-Coronel (1963) e Coronel (1967).

Como Alferes fez o estágio de Artilharia Antiaérea e o curso de Transmissões, classificado muito apto; em Tenente fez o curso de Estado-Maior no Instituto de Altos Estudos Militares (1948-50, distinto) e ingressou no Corpo de Estado-Maior em 1952; no estrangeiro, como Major, frequentou o curso de Armas Especiais, na Escola do Exército dos Estados Unidos na Alemanha (Oberammergau, 1958, 1.º classificado); e o curso da Escola Superior de Guerra (2 anos), em Paris, com a informação final de *Excellent-Élite*.

Serviu no RAL I (Évora, 1945-48) e no RAAF (Queluz).

Na 3.ª DG/MG (EME, 1952-54) foi encarregado de reorganizar o Sub-Registo NATO; de 1953 a 1955 fez parte da equipa responsável pela preparação e condução das primeiras manobras da nossa Divisão NATO e dos exercícios de postos de comando, em Santa Margarida, nas funções de Chefe da Repartição de Operações, Organização e Instrução; na 3.ª DG/ME (EME, 1955-59) exerceu, em acumulação, funções docentes, na Escola do Exército (Catedrático da 13.ª cadeira, Tática de Artilharia) e no IAEM (professor dos cursos de promoção a oficial superior e de Estado-Maior); e fez parte da comissão Portuguesa às 7.ª e 8.ª conferências dos Estados-Maiores Peninsulares.

Ainda Major, assumiu em 04-12-1962 as funções de Subsecretário de Estado do Exército; reconduzido, exerceu até 14-01-1970 (já Coronel), sendo o responsável, ao mais alto nível da administração, pelo apoio logístico, armamento e equipamento das unidades do Exército em operações no Ultramar.

Em 1968, com arrojada visão do futuro, foi também estudada a construção de um novo hospital militar servindo os 3 Ramos; já com orçamento aprovado, por decisão política, não foi concretizado, sendo então construída, por sua iniciativa, a Casa de Saúde da Família Militar, no HMP, desactivada em 2013.

Colocado no IAEM, foi Diretor dos cursos de Estado-Maior e frequentou o Curso de Altos Comandos (1970/71).

Promovido a Brigadeiro (27-07-1971), cumpriu comissão em Angola, como Comandante do Sector de Cabinda e Governador do Distrito (1971-73).

Como Governador propôs a concessão do estatuto de distrito autónomo e idealizou o Plano CALABUBE, de desenvolvimento sócio-económico em quatro concelhos (Cabinda, Lândana, Buço Zau e Belize), concretizado em mais de 300 realizações (saúde,

educação, urbanismo e habitação para as autoridades tradicionais e funcionários, agricultura e pecuária, estradas e pontes, heliportos, abastecimento de água e electricidade, centros sociais, cobertura radiofónica, desporto, turismo e quartéis) em 150 povoações ao longo de 20 meses; como consequência desta actuação e da ação psicológica desenvolvida, os elementos adversos que ali actuavam deixaram de contar com o apoio da população e a paz voltou ao Distrito. No regresso foi colocado no Instituto Superior Naval de Guerra, como Professor sendo, em acumulação, Diretor Nacional de Armamento, Presidente da Comissão de Reequipamento Extraordinário do Exército e da Força Aérea, e Presidente do grupo de trabalho para a reorganização da indústria nacional de armamento e munições, que estava pronta quando aconteceu o "25 de Abril".



Ainda Brigadeiro foi nomeado Quartel Mestre General pela Junta de Salvação Nacional; promovido a General (12-09-1974) foi desempenhar as funções de Adjunto do General CEMGFA (Costa Gomes) e, por ser o único General em serviço naquele Estado-Maior, foi designado Diretor Nacional de Armamento, Autoridade Nacional de Segurança, Presidente da Comissão Executiva de Obras Militares Extraordinárias (CEOME) e das comissões Luso-Alemã, Luso-Francesa, Executiva das Infraestruturas NATO (CEIOTAN) e de Manutenção das Infraestruturas NATO (COMIN).

Transitou para a situação de Reserva, a seu pedido, em 01-10-1975. Em 1977 foi nomeado Presidente da Comissão Directiva dos Serviços Sociais das Forças Armadas (SSFA), instituição a que presidiu durante 14 anos com excepcional competência e empenhamento.

Nele pôde realizar um projecto de apoio social aos militares, aos civis das Forças Armadas e às suas famílias que, com grande sensibilidade, vinha amadurecendo desde há vários anos.

Como linha orientadora da sua ação procurou dinamizar os SSFA e adaptá-los às reais necessidades do apoio social à Família Militar. Para isso promoveu inúmeras reuniões em todo o País e informou-se sobre o que de melhor se fazia no estrangeiro. Paralelamente reuniu sob a sua liderança um conjunto de excelentes colaboradores nas diversas áreas do projecto.

O desafio consistiu em pôr de pé uma instituição, com os seus

meios humanos e materiais, que fosse uma referência a nível nacional. Naturalmente houve que vencer muitas barreiras. Desde logo encontrar os terrenos necessários, de extensão considerável no tecido urbano de Oeiras. Depois reunir de forma sustentável os meios financeiros necessários à edificação e equipamento nas diversas fases da obra.

Mas o desafio foi vencido. Hoje, 30 anos após a sua criação, apesar das feridas provocadas pelo tempo e pelos homens, o Complexo Social de Oeiras ainda constitui uma referência em todo o País.

Tem averbado 16 louvores, sendo 2 de Ministro, 4 de General CEMGFA, 1 de General CEME, 6 de outros oficiais generais e 3 de comandantes de Unidade; e foi agraciado com 13 condecorações, Ordem Militar de Cristo (Grande Oficial), Ordem Militar de Avis (Oficial e Grande Oficial) e Ordem do Infante D. Henrique

(Grã-Cruz); e com 3 medalhas de Ouro de Serviços Distintos (sendo uma com palma), Mérito Militar (1.ª e 2.ª classes), Comportamento Exemplar (Ouro) e Comemorativas das Campanhas de Angola; foi também agraciado, pelos governos do Brasil (Comendador da Ordem de Mérito Militar) e de Espanha (Cruz de 2.ª classe de Mérito Militar, com distintivo branco).

Passou à Reforma em 31-12-1990, sendo designado Tenente-General pelo novo Estatuto dos Militares das Forças Armadas (DL 236/99 de 25 de Junho).

Em 1994 assumiu a Presidência da Fundação Marquês de Pombal, em Oeiras, que exerceu durante vários anos.

Faleceu em 09-06-2009.

Coronel (Ref) Alberto Ribeiro Soares



QUE UM BOM EXEMPLO FRUTIFIQUE...

No passado dia 30 de Outubro, pelas 16 horas, procedeu-se à inauguração de um painel de azulejos no átrio de entrada do nosso edifício na Póvoa de Santo Adrião (Odivelas), na Rua Cândido de Oliveira, nº 1. Esta obra de arte foi concebida, executada, instalada e oferecida ao IASFA, graciosamente, pelo Sargento-Mor Paim das Neves, que aí reside. De acordo com o autor, as imagens representadas no painel inspiram-se nos elementos que, na altura da construção do edifício, caracterizavam o espaço em que o mesmo foi implantado, em 1975/76. Tal espaço fazia parte da Quinta da Quintinha, então localizada nos arrabaldes de Lisboa, em que predominavam pastagens e olivais. A estes motivos foram acrescentadas as imagens de dois jovens com trajes do Sec. XVII, que simbolizam, como se depreende das suas graciosas poses, as boas vindas a quem entra no edifício. No centro do “quadro” figura o brasão do IASFA com a sua Divisa “ALI TEREIS SOCORRO E FORTE ESTEIO”. Sobre o edifício em causa acrescenta-se que o mesmo tem 14 pisos e inclui 45 fogos de renda económica e 4 lojas, tendo sido adquirido pelos Serviços Sociais das Forças Armadas em 1977.

A apreciação de uma obra de arte é, naturalmente, subjectiva e por isso seria sempre inadequada a sua valorização, ainda para mais da parte de um observador não especialista. Ainda assim e

no entanto sempre se dirá, a título pessoal mas comungando da opinião dos muitos presentes no acto de inauguração, a grande maioria residentes no edifício e beneficiários do IASFA, que a obra com que o SMOR PAIM nos presenteou é belíssima.

Sobre o evento em causa julgo ainda importante acrescentar dois aspectos. O primeiro, forçosamente, é agradecer ao nosso camarada o seu voluntarismo e o seu trabalho, que é digno de louvor e divulgação; o segundo consiste numa exortação a todos os beneficiários do IASFA, em particular aos residentes em casas do Instituto (dos antigos Serviços Sociais ou do Cofre de Previdência dos Militares das Forças Armadas), para que sigam o exemplo do nosso camarada e contribuam, dentro das suas possibilidades e capacidades, para a manutenção e enriquecimento de um património que foi constituído com o nosso esforço e contribuição.

Um grande bem-haja ao SMOR Paim das Neves e que o seu exemplo frutifique. É certo que nem todos somos artistas. Mas todos poderemos fazer mais um pouco para a preservação do nosso património, em particular os que dele mais directamente beneficiam, numa altura em que o IASFA se encontra pesadamente condicionado no cumprimento das suas obrigações como senhorio.

Coronel Manuel Pires - DIE

PARQUE HABITACIONAL DO IASFA

MANUTENÇÃO CORRENTE

Para além das obras nas partes comuns dos edifícios do parque habitacional, das quais se tem dado notícia nas edições do Info IASFA, o Instituto leva também a cabo nesses edifícios, através da Divisão de Infra-estruturas (DIE) e de alguns dos Centros de Apoio Social, outro tipo de intervenções de menor dimensão, no âmbito da manutenção corrente. Todas as obras e pequenas intervenções referidas derivam da obrigação do IASFA, na sua qualidade de senhorio, de garantir aos arrendatários, na sua grande maioria beneficiários, o gozo da parcela arrendada para os fins a que esta se destina.

A grande maioria das pequenas intervenções levadas a cabo relacionam-se com situações que derivam da idade dos edifícios e dos fogos arrendados, bem como da sua utilização continuada desde a respectiva construção. As queixas mais frequentes por parte dos arrendatários relacionam-se com o estado das caixilharias, paredes exteriores e coberturas, principalmente pelas infiltrações de água que originam; no interior das habitações. As situações objecto de mais queixas relacionam-se com as redes de distribuição de água, quer pela ocorrência frequente de roturas quer pela obstrução das tubagens, o que, em particular no que respeita às águas quentes, dificulta ou impede o correcto funcionamento dos esquentadores ou

que água chegue às torneiras em condições de pressão adequadas. Ainda no que respeita ao interior dos fogos, constituem também frequente motivo de queixa o estado do mobiliário de cozinha e o aparecimento de humidades com origem em perdas/roturas na rede de águas ou esgotos.

Ao IASFA, como senhorio, compete solucionar os problemas que lhe são comunicados pelos arrendatários.

Nem sempre é possível, no entanto, solucionar de forma célere esses problemas. Várias razões contribuem para isso. A principal é a quantidade de ocorrências – 20 a 30 por semana. A resolução rápida de tão grande, e diversificado, conjunto de situações obriga ao empenhamento de elevados recursos financeiros e humanos, recursos esses que são (cada vez mais) exíguos e que condicionam muito significativamente a execução das intervenções que é necessário levar a cabo.

Apesar das dificuldades referidas, que infelizmente não se podem ultrapassar apenas com boa vontade, o IASFA continuará a desenvolver todos os esforços no sentido de cumprir as obrigações que lhe competem, no que respeita às suas obrigações como senhorio.

Coronel Manuel Pires - DIE

COLÓNIA DE FÉRIAS DOS PUPILOS DO EXÉRCITO NO FORTE DAS MAIAS (OEIRAS)



Os Pupilos do Exército programaram este ano a sua tradicional Colónia de Férias, para o período de 15 a 26 de Junho de 2015, tendo a mesma decorrido pela primeira vez no Forte das Maías (junto a Oeiras).

A realização deste Projecto Conjunto IASFA, I.P. /Pupilos do Exército, foi fruto da vontade e forte persistência de elementos pertencentes a ambos os institutos, que assim, honraram o lema dos Pilões “*Querer é Poder*”.

Acreditou-se na ideia e logo se abraçou a sua possibilidade de concretização, reunindo-se os esforços necessários para que qua-

renta alunos e seus monitores militares usufruíssem do emblemático espaço (com direito e acesso directo a praia “privativa”). A iniciativa traduziu-se num enorme sucesso junto dos pequenos Pilões, dos seus familiares que manifestaram grande satisfação pela novidade introduzida e também dos militares que com eles partilharam belos momentos de lazer e bem-estar, confirmando-se então, a razão do antigo lema do IASFA, I.P. que se traduz por: “*Ali tereis socorro e forte esteio*”.

Téc. Sup. Sofia Marques – DTLH

REUNIÃO ALARGADA DO IASFA

UMA EXCELENTE INICIATIVA!

No passado dia 22 de Outubro decorreu nas instalações do CAS-Lisboa, uma "reunião magna" do IASFA, I.P.

Para além do Presidente do Conselho Diretivo, Tenente-General Francisco Fialho da Rosa, que presidiu, a reunião contou com a presença dos elementos do Gabinete do Conselho Diretivo, Diretores dos CAS (à exceção do Diretor do CAS-Évora, impossibilitado de estar presente), Diretor do CEREPOSA, Diretores de Serviços e Chefes de Divisão.

O principal objetivo desta reunião, que decorreu durante todo o dia, foi a discussão e preparação do "Plano de Atividades para 2016".

Naturalmente que estando presentes representantes dos vários centros e serviços do nosso Instituto, oriundos de todo o país, se debateram muitas outras matérias de elevado interesse para o funcionamento das diversas valências do IASFA.

Passando pela apresentação dos conceitos e enquadramento jurídico do plano de atividades e QUAR, pelos objetivos estratégicos e operacionais, pelo enquadramento e operacionalização da estrutura SIGDN e terminando com o ponto de situação sobre a ADM, se ocupou toda a manhã de trabalhos.

Antecedendo o almoço decorreu uma singela mas muito significativa cerimónia de condecoração e promoções de diversos militares que



prestam serviço na sede ou nos serviços da sede localizados no CAS-Lisboa (na foto promoção do Sargento-Chefe João Ferreira Ramos).

Após o almoço, que também proporcionou viva troca de informações e experiências, e que contou igualmente com os militares agraciados, iniciaram-se os trabalhos com uma extensa apresentação sobre os recursos financeiros incluindo os conceitos de uniformização da faturação de serviços, o ponto de situação acerca da implementação do processo MM, discussão e apresentação de possíveis modelos de execução de despesas dos diversos equipamentos sociais de nível I e de nível 2, avaliação do seu impacto e a declaração de inventários à Autoridade Tributária.

Foram igualmente feitos pontos de situação relativamente aos recursos humanos e aos recursos materiais.

Estas apresentações proporcionaram um vivo debate por parte dos representantes dos vários CAS e dos diversos serviços, revelando a mais-valia que são para o trabalho do nosso Instituto as reuniões deste teor que, diga-se em abono da verdade, pecam por escassas.

A experiência vivida, o encontro de ideias e a partilha de preocupações, experiências e boas práticas aconselham vivamente que estas iniciativas tenham continuidade mais assídua, particularmente num quadro em que se discutem tantas e tão profundas alterações para o nosso Instituto de Ação Social.

PASSEIOS A REALIZAR NO 1º SEMESTRE DE 2016

O Centro de Apoio Social do Alfeite continua a realizar atividades de ocupação de tempos livres de cariz sócio-cultural, promovendo e proporcionando aos Beneficiários, especialmente aos mais idosos, a participação em passeios e convívios, importante componente de Apoio Social Complementar.

O Setor Cultural e Recreativo, integrado no Serviço de Apoio Social (STCR/SAS) do CAS Alfeite, vai levar a efeito diversos passeios ao longo do ano de 2016, dos quais se destacam:

Janeiro

GUADALUPE – 1 dia

Estimativa de custo por pessoa – 48,00€

Data prevista 24 Jan 2016

Fevereiro

TRÁS DOS MONTES – 4 dias

Estimativa de custo por pessoa – 325,00€

Data prevista 25 a 28 Feb 2016

Março

SERRA DA ESTRELA – 2 dias

Estimativa de custo por pessoa – 140,00€

Data prevista 26 e 27 Mar 2016

Abril

ALDEIAS VINHATEIRAS – 2 dias

Estimativa de custo por pessoa – 155,00€

Data prevista 23 e 24 Abr 2016

Maio

PICOS DA EUROPA – 5 dias

Estimativa de custo por pessoa – 385,00€

Data prevista 25 a 29 Mai 2016

Junho

PORTO SANTO – 5 dias

Estimativa de custo por pessoa – 650,00€

Data prevista 25 a 29 Jun 2016

As inscrições devem ser efetuadas com 30 dias de antecedência em relação à data prevista para a realização do passeio.

Para mais informação contacte o Setor Cultural e Recreativo do CAS Alfeite (STCR):

E-mail: casa.sas.passeios@gmail.com.

Telefones: 212750745, 961262181

PROTOCOLOS CELEBRADOS COM O IASFA

Apoio Domiciliário



Casas de Repouso



Cabeleireiro / Estética no Domicílio



Outros



Funerária



Creche e Jardim de Infância



Apoio na Saúde



Educação



Automóveis



Lazer



PARA MAIS INFORMAÇÕES CONTACTE O GABINETE DE RELAÇÕES PÚBLICAS
Telefone 213194613 ou visite-nos em www.iasfa.pt